

Peirce e a banalidade do mal

Henrique Hissataka

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP
henrique_puc@hissataka.com

Resumo: O objeto desta comunicação é o estudo da questão levantada por Hannah Arendt sobre a banalidade do mal, problema com o qual ela se deparou ao fazer a cobertura jornalística do julgamento de Eichmann, o famoso criminoso de guerra nazista. Uma visão geral do problema de acordo com a posição arendtiana é feita, indicando quais os elementos que ela utilizou para responder a questão. Em seguida, será feita uma reflexão sobre a mesma questão, mas a partir da ótica do pensamento de Peirce, que se mostrará muito rico para esse entendimento. Para tanto, será estudado e utilizado como base o paper "The fixation of beliefs" (CP 5.358 - 5.387). Tal estudo indicará uma explicação do comportamento de Adolf Eichmann segundo os parâmetros peirceanos e arendtianos, possibilitando uma comparação entre as duas posições filosóficas.

Palavras-chave: C S Peirce. Hannah Arendt. Eichmann. Fixação das crenças. Banalidade do mal.

Peirce and the banality of evil

Abstract: *The object of this paper is the study about the banality of evil question raised by Hannah Arendt when she was covering the trial of the famous nazi war criminal Adolf Eichmann. An overview of the problem according to Arendt is made, indicating the concepts behind her answer. Afterwards, a reflection about the same question is made from Peirce's view, which will provide valuable elements for a deeper understanding. It will be studied and used the paper "The fixation of beliefs" (CP 5.358 - 5.387). This study will provide an explanation about the behaviour of Adolf Eichmann according to the concepts of Peirce and Arendt, allowing a comparison between their philosophical positions.*

Keywords: *C S Peirce. Hannah Arendt. Eichmann. Fixation of beliefs. Banality of evil.*

* * *

Este texto irá estudar a questão levantada por Hannah Arendt sobre a *banalidade do mal*, problema com o qual ela se deparou ao fazer a cobertura jornalística do julgamento de Eichmann, um criminoso de guerra nazista. Inicialmente, será feita uma retomada das reflexões da filósofa sobre o assunto, indicando quais os conceitos que ela utilizou para responder a questão. Em seguida, será feita uma reflexão sobre a mesma questão, mas a partir da ótica do pensamento de Peirce, que se mostrará muito rico para esse entendimento.

Aqui não será feito um estudo relativo à forma como Peirce procuraria **responder** a tal questão, restringindo-se apenas a delimitar uma maneira de se tentar **compreender** melhor o problema arendtiano a partir dos conceitos peirceanos, tendo como base o *paper* "The fixation of beliefs". Ressalta-se que a resposta peirceana a essa questão será apenas esboçada aqui, mas um estudo mais aprofundado fugirá ao escopo deste trabalho.

Inicialmente será feita uma retomada da questão segundo Hannah Arendt a coloca; em seguida, um levantamento dos temas do *paper* "The fixation of beliefs" (CP 5.358 – 5.387) será efetuado; e, ao final, será feita uma compreensão do problema arendtiano tendo por base os temas de Peirce levantados anteriormente.

Eichmann e a banalidade do mal

Adolf Karl Eichmann foi o oficial nazista da SS (polícia secreta nazista) responsável pela morte de milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, tendo sido o superior do departamento que controlava a população judia no território alemão. Atribui-se a ele a criação da solução final dada aos judeus, que levou ao genocídio de milhares deles e de outras pessoas em campos de concentração. Ele foi encontrado e preso na Argentina, sendo submetido a um julgamento em Jerusalém. Hannah Arendt acompanhou o julgamento de Eichmann como repórter para a revista *New Yorker*.

Durante este julgamento, Arendt notava que a figura que Eichmann apresentava era totalmente destoante da que era esperada de alguém capaz de arquitetar uma atrocidade tão grande contra tantas pessoas. Ao invés de um monstro diabólico, ela se deparou com uma figura apagada, absolutamente comum, que parecia não ter uma consciência clara do que havia feito. Parecia haver um contra-senso entre o homem e a dimensão de seus atos: como que uma falta de pensamento, demonstrada por sua falta de consciência, poderia levar a uma falta moral tão grande? Ou seja, qual seria a relação entre o pensamento e a moral? Aparentemente, a falta de um pensamento teria o potencial de causar um mal terrível, um indivíduo absolutamente banal e estúpido sem uma clara intenção de ser “mau” poderia praticar o mal absoluto. Foi desse questionamento que a expressão “banalidade do mal” foi cunhada por Arendt. O relato de Hannah Arendt foi publicado em seu livro “Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal”, mas uma resposta filosoficamente mais completa foi dada em seu livro “A vida do espírito”, na primeira parte dele, “O Pensar”.

De forma resumida, pode-se afirmar que a resposta arendtiana encontra-se em uma distinção entre o conhecer (Intelecto / *Verstand*) e o pensar (*Razão / Vernunft*), termos estes que Arendt toma emprestado de Kant. O **conhecer** seria uma atividade de cálculo, cuja finalidade é apenas atingir **verdade ou falsidade** sobre algo, enquanto o **pensar** seria uma atividade do espírito que busca o **significado** sobre alguma coisa.

Por sua própria natureza, o pensar está sempre destruindo sentidos encontrados no passado em face de novos elementos, a partir dos quais está sempre construindo novos sentidos. Isso caracteriza uma certa circularidade, pois há um processo constante de se repensar algum sentido, sempre havendo um retorno ao mesmo ponto de partida; usando definição de Arendt, “a atividade do pensamento é como a teia de Penélope: desfaz-se toda manhã o que foi terminado na noite anterior”. O pensar pode e deve ser empregado na busca do conhecimento, mas não se deve confundi-lo com ele. O pensar apresenta-se como a condição a priori do desejo de conhecimento, que só será satisfeita quando se chega a alguma verdade.

Mas segundo Hannah Arendt coloca, o homem moderno acaba por fazer tal confusão, reduzindo o pensar a um mero cálculo de conseqüências. Há uma primazia da ação sobre o pensar, resultando em uma pura reprodução de modelos já existentes, ao invés de produção de novos.¹ Ou seja, usando os termos arendtianos, uma primazia do *conhecer* sobre o *pensar*.

A partir desta distinção, o problema de Eichmann pode ser equacionado: este abdicou de sua atividade de pensamento em favor apenas de seu conhecer. Nunca se preocupava em tentar compreender o significado de seus atos, meditando sobre a

¹ Cf. Odílio Alves Aguiar, “O espectador como metáfora do filosofar em Hannah Arendt” in *Transpondo o abismo – Hannah Arendt entre a filosofia e a política*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002, p. 82

extensão dos resultados deles. Ele parecia preocupar-se apenas com cálculos simples necessários para que a sua ação cotidiana fosse efetuada: pode-se aventar a hipótese de que o genocídio em campos de concentração era simplesmente uma resposta eficaz ao problema de como se deveria controlar a população judia aprisionada, que crescia constantemente devido às prisões cada vez mais numerosas. Essa seria uma resposta consistente, mas moralmente condenável. Alguém que não se prestasse a pensar sobre isso, seja por incapacidade, hábito ou recusa, poderia perfeitamente ignorar o significado da consequência de tal ação.

Por isso, ele poderia ser considerado um monstro banal – um monstro, caracterizado por seus resultados monstruosos, mas banalizado por não possuir uma “aura” demoníaca à altura de sua monstruosidade, à medida que não mostrava consciência exata da extensão de seus atos.

Peirce e a fixação das crenças

Uma vez descrito o problema a ser estudado, será feito um levantamento dos principais pontos do artigo “The fixation of beliefs”² a partir dos quais será possível esboçar uma resposta baseada nas idéias de Peirce.

Peirce começa o texto afirmando que “o objetivo da razão é encontrar, a partir do que já é conhecido, alguma outra coisa que não conhecemos. Conseqüentemente, a razão é boa se atinge uma conclusão verdadeira a partir de premissas verdadeiras, e não o contrário. Assim, a questão da validade é puramente de fato e não do pensamento”³. Ele começa colocando como premissa uma separação clara entre a realidade do mundo e o que a mente humana pode pensar. Ou seja, a validade independe da vontade ou das preferências intelectuais humanas, de tal forma que “uma conclusão permaneceria verdadeira mesmo que não tivéssemos um impulso de aceitá-la”. Ou, inversamente, “a conclusão falsa permaneceria falsa, mesmo que não resistíssemos à tendência de acreditar nela”.

A maioria dos homens, segundo Peirce, tem uma tendência forte a acreditar em mais coisas do que a pura lógica recomendaria. Com isso, freqüentemente o “feedback” do mundo força os homens a contradizerem suas esperanças e aspirações. Para temas comuns (ou práticos), aos quais o homem, como um animal, está sujeito, geralmente acaba por haver uma conformidade entre as esperanças e o mundo – mesmo que seja devido ao processo biológico da seleção natural. Porém, para temas abstratos que não possuem substrato na experiência, as “esperanças e aspirações” humanas “ilógicas” não podem ser refreadas; mais do que isso, tal comportamento pode até ser mais vantajoso ao animal, à medida que lhe permite “preencher sua mente com visões agradáveis e encorajadoras, independente de sua veracidade”. É por isso que Peirce afirma que a “seleção natural pode ocasionar uma tendência falaciosa ao pensamento”.

Além disso, a mente humana possui uma certa disposição a fazer inferências segundo um hábito da mente, que é “aquilo que nos leva, a partir de dadas premissas, a fazer determinada inferência ao invés de outra”, “seja ela inerente à natureza ou adquirida”. Ou seja, a inferência não é feita pelo homem seguindo uma lógica estrita, mas sim segundo um hábito – que pode ser bom ou mau, consistente ou inconsistente, natural ou adquirido. O ponto fundamental que Peirce procura ressaltar é que há condições nas quais inferências podem ser feitas erroneamente, especialmente àquelas

² CP 5.358 – 5.387

³ CP 5.365

que se referem a temas sobre os quais um homem não possui experiência, seja por ignorância, seja pela impossibilidade de se fazerem experimentos.

A partir disso, Peirce analisa este processo de inferência:⁴

Um momento de pensamento mostrará que uma variedade de fatos já é assumida quando a questão lógica é inicialmente perguntada. Implica-se, por exemplo, que há estados de mente como a dúvida e a crença – que a passagem de uma para a outra é possível, o objeto do pensamento permanecendo o mesmo, e que essa transição é sujeita a algumas regras pelas quais todas as mentes são semelhantes. Como esses são fatos que nós já devemos conhecer antes de poder ter qualquer concepção clara de razão, não pode se supor que seja de muito interesse que se inquiria sobre sua verdade ou falsidade.

Quando uma questão é feita, uma série de fatos tem de ser assumida. Um ceticismo absoluto, tal como o cartesiano, não seria possível neste cenário, a dúvida só faz sentido se alguma crença já está estabelecida - e dizer que não se pode duvidar de algo não é igual a dizer que este algo é verdadeiro. Como foi visto anteriormente, nossa mente pode fazer inferências baseadas apenas em hábitos ou mesmo em crenças ilógicas, levando freqüentemente ao erro. Assim, é natural que Peirce afirme que o senso-comum “é profundamente imbuído com a qualidade da má lógica à qual o termo ‘metafísico’ é normalmente aplicado; e nada pode limpar isso a não ser um curso rigoroso de lógica”. Apenas através de uma reflexão lógica e sistemática seremos capazes de nos libertar desses conceitos enganadores que governam nosso pensamento prático.

Expostas essas considerações sobre as inferências, Peirce estudará a questão de como efetivamente o conhecimento poderá ser fixado. Ele inicialmente postula a existência de estados da mente comum a todos os seres humanos; dentre os quais, a dúvida e a crença, afirmando que é possível haver uma passagem de um estado para outro. Segundo ele, as crenças guiam os desejos humanos, bem como moldam suas ações, havendo neste sentimento de crença “uma indicação certa de estabelecer em nossa natureza algum hábito que determinará nossas ações”, ao contrário da dúvida, que “nunca possui tal efeito”. Há no pensamento peirceano uma correlação muito clara entre as crenças de um homem e suas ações.

Peirce caracteriza o estado de dúvida como “um estado difícil e desconfortável do qual nós lutamos para nos libertar, para passar ao estado de crença”. Já o estado de crença é “um estado de satisfação e calma que não desejamos evitar, ou mudar para uma crença em qualquer outra coisa”. A dúvida acaba por ser o estado a partir do qual ocorre “a estimulação da inquirição até que ela seja destruída”, podendo-se afirmar que é um estado que possui dentro de si a semente de sua própria destruição⁵.

A dúvida é um estado mental muito irritante para o homem, que o leva a lutar até que alguma crença seja atingida. A este estado de luta Peirce denomina de inquirição (“inquiry”), sendo que seu único objetivo é o estabelecimento de uma opinião⁶. Há uma procura por um conhecimento que se acredite ser verdadeiro, simplesmente para sair deste estado de dúvida. Mais do que isso, “pensamos que cada uma de nossas crenças seja verdadeira, e até é meramente tautológico que se faça tal afirmação”⁷. Esta afirmação é interessante por indicar o estatuto que Peirce atribui à verdade, não como

⁴ CP 5.369

⁵ CP 5.372

⁶ CP 5.374

⁷ CP 5.375

uma verdade cartesiana “certa” e indubitável, mas simplesmente como uma certeza psicológica.

Esta luta do homem por estabelecer uma crença descrita por Peirce é muito interessante e pode ser ilustrada por uma situação vivida pelos habitantes das favelas cariocas submetidos a uma tirania policial. Em seu cotidiano, eles estão sujeitos ao poder dos chefes do tráfico da favela, com toda sua violência intrínseca, e ao poder policial, normalmente os mais violentos e corruptos da força. Entretanto, do ponto de vista do morador, há um fator fundamental para que o poder dos traficantes seja preferível ao da polícia: enquanto existe um código de conduta esperado e exigido pelos traficantes, os policiais agem com absoluta imprevisibilidade, tal como o seguinte exemplo: “olhar nos olhos do policial, na batida montada na entrada da favela, pode ser interpretado como desacato à autoridade, ensejando um repertório vasto de punições, que se estende da surra à prisão, de ameaças à humilhação; amanhã, baixar os olhos, evitando encarar o policial, na mesma situação, pode suscitar reações idênticas pelos mesmos motivos, por incrível que pareça. O que se fará no terceiro dia?”⁸. Assim, estabelece-se um clima de terror na favela, ocasionado simplesmente por uma impossibilidade dos moradores de saberem qual a regra de conduta a ser adotada. Não se espanta que “o morador prefere a violência local desbocada, sem vergonha e escancarada, ao cinismo arrogante dos bandidos uniformizados, que roubam e brutalizam, arbitrariamente, fingindo representar o Estado, a Lei, a Justiça e a ordem pública”⁹. Em termos peirceanos, o processo de inquirição teria chegado a um impasse, o que só prolongaria o estado de vida dos moradores da favela, complicado e desconfortável, que só ocasionava a piora nas condições de vida já miseráveis a que estão submetidos.

Para completar esse quadro, existe uma aproximação forte da inquirição como forma de se passar de um estado de dúvida para um de crença com o falibilismo peirceano. Conforme coloca Misak¹⁰, suponha-se que se atinja um estado de crença que seja imune a quaisquer dúvidas: neste caso, Peirce afirmaria que a crença seria uma **verdade**. Porém, como nunca é possível de se saber se uma dada crença tem tal imunidade, então o homem tem de sempre pensar que todas as suas crenças são falíveis, que podem ser falsas. Isto leva ao famoso e importante princípio enunciado por Peirce: “Do not block the way of the inquiry”¹¹.

Resumindo, Peirce estabelece que a **dúvida** leva ao processo da **inquirição**, que visa ao final chegar a um estado mental de **crença**, que independe de ser uma proposição verdadeira ou falsa, mas que todo homem **deveria** acreditar ser **falível**.

Após a definição do que é uma crença e suas correlações, Peirce enumera uma série de métodos de **como** a crença pode ser fixada, descrevendo suas vantagens e desvantagens.

O primeiro método descrito é o da **tenacidade**, que é extremamente simples em sua concepção. É uma estratégia estritamente individual: havendo alguma proposição que seja particularmente atraente, o homem pode procurar fixá-la através de um processo através do qual reiteraria constantemente para si mesmo tal proposição e

⁸ Cf Luiz Eduardo Soares, MV Bill e Celso Athayde, *Cabeça de Porco*, página 263, Objetiva, São Paulo, 2005

⁹ Ibidem

¹⁰ Cf Cheryl Misak, “C.S Peirce on Vital Matters”, *Cognitio*, Revista de Filosofia N° 3, EDUC, 2002, p.

66

¹¹ CP 1.135

rejeitaria qualquer outra que a contrariasse. Essa é uma estratégia análoga a adotada pelo avestruz que, ante algum perigo, esconde a cabeça embaixo da terra; ou de algum homem que evitasse ler algum jornal para não ter contato com idéias que contrariam as suas. Apesar de tudo isso, Peirce acredita que ela é perfeitamente consistente, pois uma pessoa pode perfeitamente bem viver dessa forma, uma vez que uma postura racional ante a vida não é um requisito fundamental que todo ser humano deva ter.

O problema com esse método é que o homem não é um ermitão, mas vive em sociedade. Assim, se suas opiniões forem muito heterodoxas, ele necessariamente acabará por entrar em conflito com idéias contrárias às suas, as quais deverá considerar em algum momento, tenazmente resistindo a elas. Esse é motivo para que tal método se denomine tenacidade, visto que alguém que o adote tem de possuir uma boa dose dessa característica para conseguir manter sua crença mesmo em um meio social que seja hostil a ela.

O segundo método descrito é o da **autoridade**. É o método adotado por uma instituição ou estado, sendo particularmente adotado pela igreja católica e pelas demais religiões institucionalizadas, bem como por qualquer sociedade aristocrata ou que tenham por objetivo a perpetuação de certas proposições, por serem fundamentais à manutenção de seu poder.

Peirce enumera diversas técnicas associadas a este método tradicionalmente utilizadas pelos seus adeptos:

- Enunciar as doutrinas corretas e reiterá-las constantemente aos seus membros;
- Ensiná-las aos mais jovens;
- Procurar manter a dúvida sobre essas doutrinas sempre longe dos homens, de tal maneira que não haja nenhum motivo para que eles pensem de forma diferente da que lhes foi ensinada;
- Incutir nos indivíduos crenças íntimas tão fortes de tal forma que reajam com horror a qualquer manifestação contrária a elas;
- Garantir através da força que nenhuma outra doutrina incompatível com a oficial seja ensinada ou expressa publicamente, podendo inclusive haver uma punição a quem assim o faça: pode ser uma punição legal ou simplesmente uma punição natural, advinda da doutrinação dos cidadãos; o período da inquisição parece ser propriamente um exemplo extremo do uso da força deste método;

Segundo Peirce, este é o método que sustentou por um longo tempo diversas das mais bem-sucedidas sociedades da história humana, em matéria de poder e de longevidade. Exemplos de civilizações que a usaram com sucesso foram o Sião, Egito e povos europeus. Assim sendo, é muito mais efetivo do que o método da tenacidade. Além de ser, conforme Peirce coloca, o melhor método para a maioria absoluta da humanidade, uma vez que “se o maior impulso da massa da humanidade é o de ser escravos intelectuais, então escravos eles deverão permanecer”. Neste contexto, seria interessante que se discutisse a possibilidade da posição de Peirce sobre o projeto kantiano-iluminista da autonomia intelectual do homem, através do qual ele poderia sair do seu estado de minoridade – tarefa que escaparia ao escopo deste trabalho.

Um comentário importante a respeito desse método é que as doutrinas adotadas pelas instituições, se observadas ao longo do tempo, acabam sofrendo alterações. Porém, elas são tão tênues e distribuídas no tempo, que um indivíduo dificilmente seria capaz de localizá-las e identificá-las.

Ainda assim, mesmo em tais sociedades, é impossível de se controlar o pensamento de todos os indivíduos, sempre existindo alguns que acabam tendo condições de comparar a condição da sociedade na qual eles vivem com a de outras épocas ou países. Através de uma mera reflexão ao se compararem os valores fundamentais, tal indivíduo seria capaz de questionar a superioridade destes valores sobre todos os outros adotados no mundo - resultando em uma dúvida. Assim, este método, apesar de sua superioridade sobre o método da tenacidade, mostra-se portador de uma limitação intrínseca.

O terceiro método descrito é o **a priori**, que é a contraposição ao método da autoridade, à medida que propõe que não se devem adotar crenças impostas por outrem. Somente se poderia adotá-las após um processo *a priori* de definição de crenças, da seguinte forma: “deixe-se que as preferências naturais ajam desimpedidas, então, e sobre suas influências, permita-se que os homens, interagindo e discutindo conjuntamente sobre questões sob diferentes ângulos, gradualmente construam crenças em harmonia com as causas naturais”¹². O mais perfeito exemplo deste método são os encontrados na filosofia metafísica, adotados especialmente porque são “agradáveis à razão”, mas não significando que “concordam com a experiência, mas com aquilo a que estamos naturalmente inclinados a acreditar”¹³.

O problema com este método, apesar de ser intelectualmente mais consistente do que os anteriores, é que a adoção de uma ou outra corrente metafísica parece depender simplesmente do gosto pessoal ou de uma época, uma vez que freqüentemente há uma mudança da corrente adotada pelos filósofos do mundo. Este método não é a prova de dúvidas uma vez que o estabelecimento de uma crença depende da natureza biológica humana ou da cultura de uma época, sendo assim tão legítima no que concerne à sua adoção quanto o método da autoridade. Não há nada que garanta que, se adotado o método *a priori*, que ele seja superior a qualquer outro; sempre haverá um resquício de dúvida sobre a sua legitimidade. Peirce está procurando por um elemento mais rigoroso e permanente para legitimar o método ideal de fixação das crenças.

Uma vez que os três métodos anteriores não resolvem o problema da dúvida humana, um quarto método, o **científico**, será proposto de tal forma que as crenças sejam “determinadas por nada humano, mas por algo com uma permanência externa – algo sobre o qual o nosso pensamento não tivesse nenhum efeito”¹⁴, fugindo-se assim da origem dos problemas dos métodos anteriores. Por permanência externa, Peirce está pensando na realidade como “aquilo que não é o que eventualmente dele pensamos, mas que permanece não afetado pelo que possamos dele pensar”¹⁵. Tal permanência não é possível nos outros métodos, que sempre acabam dependendo do pensamento humano para estabelecer qualquer crença.

Além disso, outro requisito para o método seria o da objetividade: todo ser humano deverá ser capaz de atingir esta crença. Como coloca Peirce:

Há coisas Reais, cujas características são totalmente independentes de nossas opiniões sobre elas; aquelas realidades afetam nossos sentidos de acordo com leis regulares e, apesar de nossas sensações serem diferentes bem como nossas relações com os objetos, ainda assim, tirando vantagem das leis da percepção, nós podemos verificar pela razão como as coisas realmente são; e qualquer homem,

¹² CP 5.382

¹³ Ibidem

¹⁴ CP 5.384

¹⁵ Cf Ivo Assad Ibri, *Kósmos Noëtós*, página 25, Editora Perspectiva, São Paulo

se tiver experiência e razão suficiente sobre isso, será levado a essa conclusão Verdadeira.¹⁶

Assim sendo, supondo que haja uma Realidade tal como Peirce a coloca, diversas leis (regularidades) poderão ser apreendidas pelo homem; mais do que isso, a objetividade do conhecimento será possível, dado que qualquer homem poderá ter acesso a elas, chegando a uma única “conclusão Verdadeira”.

Este é o método que Peirce endossa e que satisfaz os critérios que ele espera de um método de estabelecimento de crenças, apesar de colocar condições nas quais os outros métodos possam ter até certas vantagens sobre o da ciência.

Peirce e Eichmann

A partir dos conceitos extraídos do artigo “A fixação das crenças”, pode-se tentar entender o problema da banalidade do mal sob a ótica da teoria peirceana, enriquecendo a compreensão da resposta arendtiana à questão. Há diversas aproximações de conceitos entre o pensamento de Peirce e de Arendt que surgem ao longo da comparação, bem como complementaridades, que permitem que se monte um cenário mais abrangente do problema.

Eichmann parece ser um espécime exemplar do homem submetido ao segundo método, o da Autoridade. Pode-se pensar que a sociedade nazista forneceu-lhe determinados valores, que se tornaram suas crenças, sobre as quais em momento algum ele questionou, adotando-as, e, principalmente, agindo de acordo com elas sem restrição alguma. É o exemplo paradigmático, mas extremado, do homem pertencente à “massa da humanidade” cujo maior impulso é a busca pela escravidão intelectual, pela submissão às regras de pensamento impostas de fora.

Em termos gerais, pode-se afirmar que a sociedade nazista corresponde às organizações descritas por Peirce, com ênfase na educação dos mais jovens na doutrina, no processo de propaganda política e manipulação da população para que seguissem os ideais nazistas, bem como no processo de repressão a quem quer que pensasse de forma contrária. Pode-se até extrapolar essas comparações e tentar se aprofundar nas correlações entre o conceito de totalitarismo de Hannah Arendt e o pensamento de Peirce, buscando em outros textos desses autores mais elementos que possibilitassem tais comparativos. Mas tais associações bastam para caracterizar, ao menos inicialmente, uma aproximação desses elementos neste contexto.

A questão fundamental de onde provém a banalidade do mal pode-se considerar respondida por Peirce: simplesmente pela capacidade que Eichmann possuía de se submeter à autoridade do governo nazista e à sua incapacidade de ter dúvidas quanto à forma de agir, mesmo ante a fatos extraordinariamente terríveis, mantendo-se fiel a princípios que levaram milhares de pessoas à morte.

Dentro do pensamento de Peirce, há duas formas de se explicar essa “capacidade de ser incapaz” de ter dúvidas: a “cristalização” da mente ou a uma capacidade de fugir à verdade. Naturalmente, as duas explicações são próximas, podendo-se pensar perfeitamente bem que a atitude de Eichmann poderia ser uma composição de ambas.

A “cristalização da mente” está associada à categoria de Peirce da *terceiridade*. Eichmann pode ser considerado um ser monstruoso não por sua “monstruosidade” intrínseca, não por seus atributos faustianos ou luciferianos, mas por ser um monstro em um sentido peirceano: um homem tão preso a seus hábitos, escravo de convicções

¹⁶ CP 5.384

impostas e sem consciência daquilo que faz, que é incapaz de questionar e adquirir novos hábitos. Certamente Peirce concordaria que alguém tão incapaz de medir a extensão de suas ações e de adotar tão passivamente um conjunto de crenças impostas externamente de forma tão perfeita quanto Eichmann só poderia ser qualificado dessa forma - um monstro.

Nesta linha de raciocínio, Ibri coloca:¹⁷

O sentido da aprendizagem, de síntese, de ampliação e aperfeiçoamento dos conceitos é o significado próprio da evolução, concebível, apenas, se o caráter mental da consciência tiver a plasticidade necessária para *crescer*, rompendo com velhos hábitos que se consomem como inadequados à vivacidade e dinâmica do nosso próprio existir.

Eichmann contraria este caráter de aprendizagem, possuindo uma plasticidade mental nula e, assim, uma série de hábitos rígidos, sendo incapaz de romper com eles.

Já a capacidade de fuga à verdade é descrita por Peirce da seguinte forma: “A pessoa que aceita a existência de algo como a verdade, que se distingue da falsidade simplesmente pelo seguinte, que caso se aja em acordo com ela deve-se, se levada às últimas conseqüências, levar-nos ao ponto que miramos e não longe dele, e então, apesar de convencida disso, não se atreve a conhecê-la e procura fugir dela, está certamente em um estado mental lamentável”¹⁸. Estar preso neste “estado mental lamentável” é uma possível explicação para o comportamento de Eichmann de nunca questionar o que fazia, de nunca possuir dúvidas sobre isso. O surgimento da dúvida é fundamental para Peirce, pois é o lado ativo dela que possibilita “a estimulação da inquirição até que ela seja destruída” – nunca possuir dúvida é uma condição suficiente para a manutenção da condição eichmanniana.

Conclusão: Peirce e Hannah Arendt

É interessante ressaltar que, para Hannah Arendt, a dúvida é gerada pela atividade do pensar, que estimula a atividade do conhecer. Assim sendo, a inquirição decorrente do surgimento de uma dúvida que Peirce propõe é nesse sentido análogo ao pensar arendtiano. Porém, a inquirição peirceana não possui a pretensão de busca de sentido, que o pensar arendtiano possui. Por outro lado, parece haver uma diferença especialmente no “ponto de parada” de cada um dos processos: enquanto a inquirição se contenta com o estabelecimento de uma nova crença, o “pensar” arendtiano é mais inquieto, pois após o estabelecimento de um “sentido”, acabará por haver a destruição dele e pela substituição por outro. O ponto fundamental a se comparar acaba por deslocar-se para qual seria a correlação entre a “crença” de Peirce e o “sentido” de Arendt, bem como até que ponto a busca constante por novos sentidos não estaria relacionado ao princípio falibilista de Peirce. A meu ver, a diferença é principalmente conceitual: o pensar arendtiano é assim por sua própria natureza intrínseca; ao passo que a crença peirceana é levada a se modificar por um processo de dúvida e inquirição a que acaba sendo levado pelas experiências a que o homem está sujeito no mundo, sendo o falibilismo um princípio ético / epistemológico com relação a qualquer crença estabelecida, uma vez que o homem é incapaz de distinguir uma verdade “final” de uma verdade “psicológica”.

Um elemento enriquecedor que o problema de Eichmann traz ao texto de Peirce é a ilustração histórica do seu método da autoridade, bem como mostra um exemplo

¹⁷ Cf Ivo Assad Ibri, *Kósmos Noëtós*, página 60, Editora Perspectiva, São Paulo

¹⁸ CP 5.387

“paradigmático” de quais são os efeitos, no limite, de um escravo da opinião alheia. Além disso, é possível de se extrair da filosofia de Peirce fundamentos para se pensar o problema da filosofia política, que em debates normalmente se restringem a poucos filósofos. Por exemplo, uma questão interessante de ser feita e que essa comparação enseja é: uma sociedade que se balizasse pelo método científico peirceano estaria imune ao pensamento nazista, impossibilitando que seus possíveis Eichmanns dessem vazão aos seus potenciais destrutivos, caracterizados pela sua imensa capacidade de não pensar na consequência do que fazem?

O problema com as crenças relacionam-se em grande parte com a aquisição delas, e em outra parte na perda delas. A insistência na manutenção de algumas pode levar, em um caso mais extremado, a comportamentos como os de Eichmann.

A condição humana é um estado que oscila entre a necessidade da formação de hábitos e crenças e a necessidade da quebra deles. Caso não sejam formados, a vida humana é impossível; a impossibilidade da formação de hábitos é um horror. Mas caso as crenças se cristalizem, a vida humana se acaba; o homem torna-se aquilo que Fernando Pessoa qualificou de um “cadáver adiado”:

Minha loucura, outros que me a tomem
Com o que nela ia.
Sem a loucura que é o homem
Mais que a besta sadia,
Cadáver adiado que procria?¹⁹

A loucura pode ser interpretada metaforicamente como o elemento que permite a quebra das crenças, que acabará por gerar uma dúvida, uma inquirição, que por fim resultará em uma nova crença, uma nova forma de agir, um novo hábito. Em termos das categorias peirceanas, seria o elemento do caos da primeiridade. Sem isso, o homem não é um homem: é uma coisa, um objeto, um cadáver que anda.

Por outro lado, a “loucura generalizada” exemplificada pelo comportamento policial ante a população das favelas do Rio de Janeiro leva a uma impossibilidade de um estabelecimento de qualquer forma de conduta, que é um estado horrível ao ser humano. Nem tanto a loucura, nem tanto os hábitos cristalizados – o caminho humano digno parece estar entre esses extremos.

Enfim, com os elementos retirados do pensamento de Peirce permitiram uma releitura do problema levantado com Hannah Arendt, levantando algumas diversas questões que eventualmente poderiam ser explorados com maior profundidade que levariam certamente a mais “insights” sobre o trabalho dos dois autores.

¹⁹ Fernando Pessoa, *Mensagem*, D. Sebastião, Rei de Portugal, *Obra Poética*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1976

Referências:

ARENDR, Hannah. (2002) “*A Vida do Espírito*”. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará

AGUIAR, Odílio Alves (2002) “O espectador como metáfora do filosofar em Hannah Arendt”. “*Transpondo o abismo – Hannah Arendt entre a filosofia e a política*”. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

IBRI, Ivo Assad (1992) *Kósmos Noétos: A arquitetura metafísica de Charles S. Peirce*. São Paulo: Perspectiva/Hólon.

MISAK, Cheryl (2002) “C.S Peirce on Vital Matters”, *Cognitio: Revista de Filosofia* Nº 3, São Paulo: EDUC.

PEIRCE, C.S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Ed. By: C Hartshorne & P.Weiss (V. 1-6); A. Burks (v. 7-8). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-58. 8v; referido no texto como CP.

SOARES, Luiz Eduardo et al (2005), *Cabeça de Porco*, São Paulo: Objetiva.

PESSOA, FERNANDO. “Mensagem”. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.